

## **ACTA N.º 4**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 30 de Abril de 2002.**

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dois reuniu no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença de todos os seus membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Maria Graciete Costa de Brito, Paulo Francisco Espírito Santo, Maria Felícia Prudêncio Gameiro, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, Anabela Leal Agostinho da Silva, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, Teresa Isabel Claudino de Freitas, João Abílio Mourato Rosa, em substituição da deputada municipal Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, António de Jesus Milheiro, em substituição de Manuel Luís Cruz Bárbara, Vitória Maria Lopes de Faria de Brito, em substituição de Carlos Jorge Duarte Pereira, e António da Conceição Moreira.

Ausente a deputada municipal Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho, por ter pedido suspensão do mandato, por cento e vinte dias, a partir de vinte sete de Fevereiro do ano em curso, do deputado municipal Manuel Luís Cruz Bárbara por ter pedido suspensão de mandato de vinte seis de Abril a quinze de Maio do ano em curso e do deputado municipal Carlos Jorge Duarte Pereira por ter pedido suspensão de mandato, por um período de quinze dias, a partir de trinta de Abril do ano em curso.

Constituída a Mesa pela sua Presidente, Vera Lúcia Santos Noronha, e pelos Secretários Maria Graciete Costa de Brito e Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, foi iniciada a sessão, cerca das vinte e uma horas e vinte cinco minutos.

Foram entregues, por parte da Presidente da Mesa, os novos cartões identificativos dos membros da mesma.

Foi posta à aprovação a acta número dois, respeitante à sessão de vinte e oito de Fevereiro do ano em curso, tendo sido colocadas questões pelos seguintes deputados municipais: Ricardo Hipólito, Paulo Espírito Santo, tendo ambos proposto que a acta fosse refeita, por se considerar pouco explícita, proposta que não foi aceite pela Presidente de Mesa.

O deputado municipal Vasco d' Aguiar também interveio sobre o assunto.

A acta foi aprovada por maioria com treze votos a favor e uma abstenção, tendo o autarca António de Jesus Milheiro feito declaração de voto no sentido de justificar a sua abstenção, dado não ter estado presente na respectiva sessão.

A Ordem do Dia, foi a seguinte:

**Ponto um** – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro;

**Ponto dois** – Regimento - Avaliação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho criado para a elaboração do regimento a vigorar no mandato 2002-2005, ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro;

**Ponto três** - Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, ao abrigo do art.º 49.º, da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, Plano de Actividades, Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimentos;

**Ponto quatro** - Conta de Gerência e Relatório de Actividades-2001;

**Ponto cinco** - Alteração ao Quadro de Pessoal, ao abrigo da alínea o), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro;

**Ponto seis** - Proposta - Utilização do Espaço da cozinha dos Patudos;

**Ponto sete** - Proposta - Preços para ingresso na Piscina Municipal Exterior;

**Ponto oito** - Constituição da Comissão para elaboração do livro sobre Alpiarça.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Senhora Presidente da Mesa deu início a este período tendo proposto a alteração de horário das sessões para a hora de Verão, ou seja, para as vinte e uma horas e trinta minutos. Esta proposta foi aceite.

De seguida convidou os autarcas a apresentarem as suas moções ou outros documentos à mesa.

A eleita Leonor Ribeiro apresentou uma moção sobre o vinte cinco de Abril, subscrita pela bancada do PS, à qual foi dada o número um.

Posta esta moção à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. O deputado municipal Vasco d' Aguiar apresentou as seguintes moções:

Primeira Moção, com o número dois, sobre a situação dos trabalhadores do “Intermarché” no dia primeiro de Maio.

Segunda Moção, com o número três, sobre a incursão de Israel nos territórios da Palestina.

Terceira Moção, com o número quatro, sobre o falecimento, a dez de Fevereiro de dois mil e dois, de António Malaquias Abalada, com recomendação de que, numa próxima oportunidade, o seu nome seja atribuído a uma rua da vila.

As moções foram postas à votação, tendo sido deliberado o seguinte:

Primeira Moção, aprovada por maioria, com cinco votos a favor, nove abstenções e dois votos contra.

Segunda Moção, aprovada por unanimidade.

Terceira Moção, aprovada, por maioria, com sete votos a favor e nove abstenções.

O deputado municipal Pedro Gaspar fez declaração de voto no sentido de justificar que a sua abstenção se deveu ao facto de não conhecer a obra e o trabalho da pessoa em questão.

A deputada municipal Leonor Ribeiro, também fez declaração de voto, no sentido de justificar o seu voto a favor. Disse que também não conhecia o senhor nem Salgueiro Maia e que nem sequer tinha vivido em Portugal antes do vinte cinco de Abril, no entanto, não podia deixar de reconhecer o mérito que estas pessoas tiveram na luta contra um regime que em nada dignificava o cidadão português.

A deputada municipal Cláudia Rodrigues apresentou uma Moção, à qual foi dado o número cinco, sobre a grande figura portuguesa Fernando Pessa, que nos deixou ontem, sempre ao serviço do jornalismo, sendo um marco importante para a nossa cultura.

Posta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

A deputada municipal Felícia Gameiro, proferiu algumas palavras em nome da bancada do Partido Socialista sobre as comemorações do octagésimo oitavo aniversário do concelho.

Em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária o deputado municipal Ricardo Hipólito apresentou uma recomendação sobre os cidadãos estrangeiros que já residem no nosso concelho, começando agora a verificar-se o reagrupamento de famílias.

Propôs que a Câmara Municipal de Alpiarça crie um serviço dirigido a esses cidadãos, no sentido da divulgação de organismos oficiais e entidades privadas vocacionadas para o seu apoio, ou que têm vindo a desenvolver acções de relevante mérito nas áreas cultural, social e/ou de emprego.

De seguida referiu-se ao Mercado de Frutas no Carril. Começou por dizer que correm boatos de que a Câmara Municipal de Alpiarça não autoriza, no próximo Verão, a venda de produtos agrícolas no referido espaço. Questionou se é pretensão da Câmara Municipal impedir tal acto.

Questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento de uma depressão ou barranco que existe nas imediações das piscinas municipais, num terreno particular, ao lado de uma cerâmica desactivada, por detrás do Bairro vinte cinco de Abril, cuja zona não está vedada e que é uma preocupação, atendendo ao funcionamento das piscinas, para crianças e jovens que frequentam esse espaço. Questionou também se a Câmara Municipal já tomou ou tenciona tomar medidas para resolução desta situação.

O mesmo deputado municipal questionou como é que a Câmara Municipal deu a conhecer aos munícipes as novas taxas autárquicas, nomeadamente no que se refere ao consumo de água e taxa de resíduos sólidos.

Referiu-se também à danificação da estátua ao povo de Alpiarça. Questionou se já foi descoberto quem danificou a obra, de acordo com o inquérito promovido, e qual o destino a dar-lhe.

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, tendo este dado os seguintes esclarecimentos:

Sobre o Mercado de Frutas do Carril, disse que, as taxas estão aprovadas em Assembleia Municipal, estando a Câmara Municipal a fazer tentativas para a criação de uma Associação de Agricultores. Referiu que nenhum agricultor

deseja ter as angústias que teve o ano passado no Mercado do Carril, dada a crise de super produção.

Informou que o assunto ainda não foi discutido em reunião de Câmara.

Neste momento a Presidente da Mesa passou a palavra ao Vereador da Câmara Municipal, António José Coelho, para esclarecer a situação do terreno junto à cerâmica.

O Vereador António José Coelho informou que a rua das piscinas vai levar um sinal de proibição de trânsito.

O deputado municipal Ricardo Hipólito voltou a referir-se à situação daquele espaço.

O Presidente da Câmara Municipal questionou a Chefe de Serviços da Câmara Municipal sobre se as taxas tinham, ou não, sido publicitadas nos locais públicos. Informou que a Chefe de Serviços da Câmara Municipal ia tomar nota e fazer cumprir a lei.

Relativamente à estátua de homenagem ao povo de Alpiarça o Presidente da Câmara esclareceu que desconhecia, em absoluto, o resultado do inquérito que decorreu no mandato anterior antes de ter tomado posse. Quanto ao local de implantação da estátua, informou que, após conversa com o seu autor, tudo indica que pelo tema que está em causa, será no largo Vasco da Gama.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto um** - Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro;

A Presidente da Mesa convidou o Presidente da Câmara Municipal a apresentar esta informação à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal fez um resumo sobre a actividade do Município desde Fevereiro até à presente data.

Interveio o deputado municipal Ricardo Hipólito para, relativamente às obras do parque subterrâneo junto ao Clube Desportivo “ Os Águias” e Biblioteca Municipal, questionar se estão previstas algumas sanções para o caso de a

empresa não cumprir os prazos previstos para a conclusão das mesmas e, no caso de estarem previstas, se a Câmara Municipal pensa activá-las.

O Presidente da Câmara Municipal informou que estas situações estão salvaguardadas pela lei vigente.

**Ponto dois** - Regimento - Avaliação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho criado para a elaboração do regimento a vigorar no mandato 2002-2005, ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do art.º, 53.º da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro;

A Presidente da Mesa, referindo-se à criação do grupo de trabalho para elaboração da proposta de alteração ao regimento da Assembleia Municipal, pôs o assunto à discussão.

A deputada municipal Sónia Sanfona, uma das representantes do referido grupo, leu um documento sobre o assunto, no qual é proposto que a alteração ao regimento fosse apresentada na próxima sessão, mantendo-se o regimento existente.

A Presidente da Mesa informou que forneceu à deputada municipal Sónia Sanfona um exemplar de regimento, enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Informou que, provavelmente, o documento será facultado na próxima sessão com as alterações propostas.

**Ponto três** - Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, ao abrigo do nº 2, do art.º 49º, da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro em conformidade com o disposto no artº 88º da Lei n.º 5 - A/2002 de 11 de Janeiro , Plano de Actividades, Orçamento e PPI - Plano Plurianual de Investimentos;

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer este ponto.

O Presidente da Câmara Municipal teceu algumas considerações sobre o inventário, disse que ainda não estava concluído e que se estava a tratar de fazer toda a inventariação para, posteriormente, se poder elaborar o balanço inicial.

Informou que foi determinado no Congresso de Associação Nacional de Municípios Portugueses, uma recomendação ao Governo, sobre a não obrigatoriedade da introdução do POCAL a meio do ano.

De seguida o Presidente da Câmara Municipal deu esclarecimentos sobre o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dois.

O deputado municipal João Abílio pediu esclarecimentos sobre algumas rubricas orçamentais.

O Presidente da Câmara deu os esclarecimentos devidos.

O deputado municipal Vasco d' Aguiar interveio para dizer que, após as explicações do Presidente da Câmara, já havia condições de poder, calmamente, analisar esta documentação, que só ontem lhe chegou a casa, não tendo tempo para a poder analisar devidamente.

Colocou mais algumas questões relacionadas com rúbricas orçamentais, nomeadamente, no que concerne a despesas com pessoal, referindo-se a essas mesmas rúbricas, analisando comparativamente as despesas provenientes de vencimentos com diferentes categorias.

O deputado municipal Paulo Espírito Santo comentou que a sua intervenção serve para demonstrar a sua perplexidade pelo facto do deputado municipal que interveio anteriormente tentar comparar elementos que estão previstos na lei.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o orçamento não era novo, que foi só adaptado ao POCAL e que era de conhecimento dos eleitos desde Fevereiro último.

O Presidente da Câmara Municipal referiu-se ainda a uma correcção na verba inscrita na rubrica orçamental zero um zero dois zero três zero sete, a qual foi corrigida, em conformidade com informação dos Serviços de Contabilidade.

Este ponto foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com onze votos a favor e cinco abstenções.

**Ponto quatro - Conta de Gerência e Relatório de Actividades-2001;**

A Presidente da Assembleia Municipal pôs este ponto à discussão.

A deputada municipal Cláudia Rodrigues teceu algumas considerações acerca do Relatório de Actividades.

Referiu-se à tendência produtiva das receitas, à gestão dos recursos humanos e a sua relação directa com a evolução das despesas com pessoal, traduzidas pelo aumento de trabalhadores e dos salários.

Referiu-se também ao absentismo dos funcionários, principalmente em relação às mulheres, que disse ser preocupante.

O deputado municipal Ricardo Hipólito começou por referir que o somatório do quadro da página três do Relatório de Actividades não estava correcto.

Sobre a Acção Social referiu-se à comparticipação da Câmara com cimento e materiais para o Cantinho do Idoso. Fez comparação com outros organismos, nomeadamente Associação de Estudantes e Moto-Clube Charrua, em relação ao tipo de apoio dado pela Câmara, uma vez que a obra Cantinho do Idoso tem, na sua opinião, mais relevância que as outras. Também se referiu ao apoio dado pela Câmara Municipal ao trabalho desenvolvido em Alpiarça, quer pela Instituição José Relvas quer pelo Cantinho do Idoso.

Uma outra questão que colocou, em relação à página cinco do Relatório de Actividades, foi a de se considerar os empréstimos como receitas do Município.

Em relação à Biblioteca Municipal disse que achava todo o interesse em se desenvolver uma actividade, não só para o público juvenil, como também, para as pessoas mais idosas.

Disse existir uma discrepância no valor total das receitas, relativamente à página número vinte sete do Relatório de Actividades.

Quanto aos Recursos Humanos disse que se poderia ter ido um pouco mais além, tanto mais que a situação de absentismo é intolerável, e com mais informação, por exemplo, idades, habilitações, acidentes de trabalhos.

Por último referiu que o absentismo do pessoal em mil novecentos e noventa e sete era igual ao de dois mil e um.

O deputado municipal João Abílio fez um pedido de esclarecimento em relação à página vinte sete do Relatório de Actividades.

O deputado municipal Paulo Espírito Santo chamou a atenção para o facto de se estar hoje a viver uma realidade completamente diferente da que havia em mil novecentos e noventa e sete. Afirmou que, nessa altura, as receitas correntes não cobriam as despesas correntes, ou seja, que as receitas da Câmara não davam para pagar os seus custos normais de funcionamento e, uma vez que se tinham de pagar estes custos, a Câmara ía buscar às despesas de capital, não podendo assim fazer-se investimentos, o que deu origem, nessa altura, a um maior endividamento.

Falou no aumento do FEF, face às negociações feitas com o Governo por Câmaras mais pequenas. Referiu que as receitas próprias do Município aumentaram para o dobro.

Falou também no aumento dos livros que se prevê sejam adquiridos para a Biblioteca Municipal.

Sobre os recursos humanos, salientou o absentismo.

Disse que, em sua opinião, não achava a taxa escandalosa, apesar de a considerar elevada e preocupante.

Chamou a atenção para os valores do endividamento serem hoje inferiores a mil novecentos e noventa e sete, justificando que isso se deve ao facto da Câmara Municipal não necessitar de ir às despesas de investimento para cobrir as despesas correntes, porque essas estão garantidas por si só.

O deputado municipal Ricardo Hipólito voltou a intervir, falando dos valores da SISA. Disse não estar preocupado com os livros da biblioteca nova, no que respeita a haver prateleiras vazias. Em relação ao absentismo dos funcionários, frisou que, o que disse foi o que se encontrava escrito no Relatório de Actividades.

Lembrou que há Câmaras com o mesmo número de funcionários da Câmara de Alpiarça e que têm o nível de absentismo muito mais baixo.

Interveio o deputado municipal Paulo Espírito Santo. Referiu-se também à SISA, concretamente ao seu crescimento, pelo facto de se fazerem aquisições, haver movimentação e investimento, independentemente do seu valor corresponder à realidade da transacção.

Por último afirmou que, da análise que fez ao documento, realça uma maior preocupação no apuramento das receitas a fim de evitar o desequilíbrio entre as receitas correntes e as despesas correntes.

Usou da palavra o deputado municipal Vasco d' Aguiar para falar sobre a evolução do investimento anual referido no Plano de Actividades, em relação a mil novecentos e noventa e sete, que não está de acordo com o documento "Alpiarça é a Razão" utilizado no decorrer da campanha eleitoral das autárquicas. Lembrou que nessa altura foi utilizado como argumento para justificar o voto no Partido Socialista, a possibilidade que haveria de uma Câmara da mesma cor política do governo atrair mais facilmente receitas por esse facto.

O deputado municipal Paulo Espírito Santo voltou a intervir para dizer que, aquando da campanha eleitoral, nunca ouviu ninguém dizer que havia derrotismo da parte do Governo. Lembrou que essa situação nunca aconteceu no Partido Socialista.

A Presidente da Mesa lembrou ter sido ultrapassado o tempo inicialmente previsto para discussão dos pontos.

Referindo-se à intervenção do deputado municipal Vasco d' Aguiar, afirmou não terem sido ditas verdades e, não na qualidade de Presidente da Mesa mas sim como membro da Assembleia Municipal, disse que não podia deixar passar em claro uma acusação de que também se sentia pessoalmente visada, uma vez que também andou a fazer campanha eleitoral.

A Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelos autarcas, tendo-se referido ao quadro do Relatório de Actividades, onde estão previstos os investimentos a realizar e o que foi, efectivamente, realizado.

A Presidente da Mesa lembrou, dado o avançado da hora, o artigo doze do regimento da Assembleia Municipal, no qual está previsto o prolongamento das sessões a partir da meia noite, desde que o plenário delibere nesse sentido.

Assim, colocou à consideração dos autarcas a suspensão ou o prolongamento da sessão.

Os deputados municipais votaram por unanimidade pelo prolongamento da sessão.

Pela Presidente da Mesa foi posto o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por maioria, aprovar os referidos documentos, com onze votos a favor e cinco votos contra.

**Ponto cinco** - Alteração ao quadro de Pessoal, ao abrigo da alínea o), do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro;

A Presidente da Mesa deu a palavra aos autarcas.

Não houve intervenções.

Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**Ponto seis** - Proposta - Utilização do Espaço da Cozinha dos Patudos;

A Presidente da Mesa deu a palavra aos autarcas para se pronunciarem sobre este ponto.

Não houve intervenções.

A Presidente da Mesa interveio para mostrar o seu agrado de, pela primeira vez, ter estado no espaço que é a Cozinha da Casa-Museu dos Patudos, no dia dois de Abril, dia do Concelho. Felicitou a Câmara Municipal pela abertura deste espaço.

Posto este ponto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

**Ponto sete** - Proposta - Preços para ingresso na Piscina Municipal Exterior; A Presidente da Mesa deu a palavra aos autarcas para se pronunciarem sobre este ponto.

Interveio o autarca Ricardo Hipólito para fazer uma chamada de atenção relativamente aos preços propostos, nomeadamente quando aos fixados para os sábados, domingos e feriados. Disse que achava melhor a Câmara Municipal prestar atenção como vai decorrer este ano para saber se os mesmos se tornam ,ou não, em termos sociais, impeditivos para algumas pessoas que também merecem frequentar as piscinas.

A Presidente da Mesa pôs este ponto à votação, que foi aprovado por unanimidade.

**Ponto oito** - Constituição da Comissão para elaboração do livro sobre Alpiarça.

A Presidente da Mesa passou a palavra aos deputados municipais;

A deputada municipal Teresa Freitas apresentou um requerimento da Bancada do Partido Socialista sobre a proposta do Dr. João Serrano, a propósito da criação de um livro sobre Alpiarça e as suas memórias, onde é sugerido e proposto que esta actividade possa ser desenvolvida pelas camadas mais jovens, nomeadamente por alunos da Escola EB 2,3/S de José Relvas, através da criação de um clube ou projecto área escola, uma vez que nem a Bancada do Partido Socialista nem a Bancada da Coligação Democrática Unitária dispõem, entre os seus membros, de peritos na matéria a investigar.

A Presidente da Mesa pôs à votação a aceitabilidade do requerimento.

Foi deliberado, por maioria, com onze votos a favor e cinco abstenções, aceitar este requerimento.

De seguida interveio o deputado municipal Vasco d' Aguiar para pedir esclarecimento para saber se a proposta prevê a substituição da Comissão para a elaboração do livro, por alunos da Escola EB 2,3/S de José Relvas.

A Presidente da Mesa faz nova leitura do supramencionado requerimento.

O deputado municipal Ricardo Hipólito interveio para informar que não percebia o motivo porque se pensou constituir uma Comissão com elementos das duas bancadas para, agora, ser substituída por elementos da escola que não sabe se têm capacidade para tal.

A deputada municipal Graciete de Brito recordou que é, efectivamente, nas escolas que está concentrado o maior capital intelectual da comunidade. Considerou ser uma boa temática a propor à Escola EB 2,3/S de José Relvas.

O deputado municipal Paulo Espírito Santo afirmou que não invalidava a existência da Comissão para fazer o acompanhamento e completar o trabalho que possa ser desenvolvido ao nível da escola, ou seja, que seja envolvida a escola num projecto comunitário.

A Presidente da Mesa referiu que é dentro da escola o melhor sítio de onde deve sair o trabalho. Lembrou as publicações dos livros sobre Alpiarça que são uma obra notável que nasceu dentro daquela escola, e só com muita pesquisa se chegou ao produto final. Disse que se deveria agarrar este projecto sem desvirtuar a proposta inicial.

O deputado municipal Vasco d' Aguiar informou que a Bancada da CDU ía apresentar o nome do autarca Ricardo Hipólito para constituir a Comissão. Propôs que a Bancada do Partido Socialista designasse um membro para fazer parte da Comissão.

O deputado municipal Paulo Espírito Santo interveio para dizer que se a escola for envolvida vai ser apresentado um trabalho muito mais objectivo.

A autarca Graciete de Brito disse que os eleitos podem, quando muito, fazer o acompanhamento de um projecto desta natureza e que era meritória a tentativa de motivar a escola para o referido trabalho.

A deputada municipal Claudia Rodrigues, voltou a intervir para dizer que era pertinente, na área escola, a participação dos alunos.

O deputado municipal Vasco d' Aguiar afirmou que não rejeita, de maneira nenhuma, a participação do meio escolar num trabalho deste tipo.

No entanto, achava que, a coordenação do trabalho deveria ser feita pela Comissão, não vendo qualquer óbice em que seja nos termos em que estava previsto inicialmente.

A deputada municipal Sónia Sanfona opinou que o fundamental da proposta em relação à obra é cuidar de que esta tenha uma qualidade sem reparo.

Referiu que é nesse sentido que entende que a Comissão a criar deva acompanhar os trabalhos e fazer sugestões.

Disse concordar com a proposta apresentada, uma vez que achava que a escola deve estar envolvida no projecto.

O deputado municipal Ricardo Hipólito lembrou que a situação da constituição da Comissão para elaboração do livro tinha sido aprovada por uma anterior Assembleia. Disse ser legítimo mudar a deliberação, contudo não estava claro nesta proposta que a dita Comissão acompanhe os trabalhos. Disse ainda não estar a pôr em causa a participação dos estudantes e que gostava de saber se há elementos concretos que comprovem que a comunidade escolar tem interesse nesta matéria.

Usou da palavra a Presidente da Mesa para pôr este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado, por maioria, com onze votos a favor e cinco abstenções.

### **PERÍODO DE DEPOIS DE ORDEM DO DIA**

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, a Presidente da Mesa informou que estava aberto o período para intervenção do público e que os munícipes presentes apenas poderiam usar da palavra por uma única vez, por um tempo máximo de cinco minutos, devendo preencher, para o efeito, uma ficha de inscrição.

Interveio a munícipe Maria Gabriela Coutinho para falar sobre a nomeação da Chefe de Divisão, D. Manuela Neves, e alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Alpiarça.

Solicitou, em relação ao requerimento apresentado pela Bancada do Partido Socialista na Sessão de Assembleia Municipal de vinte e oito de Dezembro de dois mil e um, corroborado pelos deputados municipais Paulo Espírito Santo e Vera Noronha, no qual era recomendado ao executivo camarário, baseado na lei quarenta e quatro barra noventa e nove, quarenta e nove barra noventa e nove e cem barra oitenta e quatro, que verificasse a situação da nomeação da D. Manuela Neves, como Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, em conformidade com a reunião de três de Outubro de dois mil e

um, por motivo de a Bancada do Partido Socialista achar que aquela nomeação era um acto ilícito e que incorria de ilegalidade, uma vez que ainda não lhe tinham sido fornecidos os documentos pedidos à Câmara, nomeadamente a acta daquela sessão e pareceres da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que lhe fosse informado o teor desses pareceres bem como se, de facto, houve uma ilegalidade e se o acto foi ilícito.

Relativamente ao quadro de pessoal, apresentado na sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de Dezembro de dois mil e um, solicitou esclarecimento sobre o motivo de o recente quadro de pessoal, apresentado e aprovado nesta sessão, sendo igual ao anterior, ter sido agora aprovado, uma vez que houve deputados municipais presentes nesta assembleia que votaram contra essa aprovação em vinte e oito de Dezembro do ano findo.

A Presidente da Mesa referiu-se ao artigo vinte e cinco do regimento da Assembleia Municipal para responder às questões colocadas pela munícipe Maria Gabriela Coutinho.

Começou por dizer que a mesa ou qualquer membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal podiam prestar os esclarecimentos e se tal não for possível que o fariam posteriormente por escrito.

Referiu que quanto ao pedido da acta e do requerimento foi feito despacho no próprio dia e que pensava que, nessa altura, já estava em fase de envio de correio, tendo o mesmo sido expedido para a Câmara Municipal.

Quanto ao resto questionou se alguém da mesa da Vereação estava em condições de responder ou se pretendia responder posteriormente.

Interveio o Presidente da Câmara para informar que o pedido deu entrada na Câmara e foi dada ordem aos serviços para fornecer os elementos e também transmitir à Presidente da Assembleia Municipal para esta reconhecer os elementos que diziam respeito à Assembleia Municipal. Informou, ainda, que isso foi feito no próprio dia em que a carta da munícipe lhe foi entregue.

A munícipe Maria Gabriela Coutinho voltou a intervir para questionar qual foi o resultado da recomendação feita à Câmara, com urgência, pela Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal, na sessão de vinte e oito de Dezembro de dois mil e um.

O Presidente da Câmara informou que a Câmara solicitou pareceres aos departamentos jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo esses pareceres no sentido de que a nomeação tomada em reunião de três de Outubro de dois mil e um, era possível.

A munícipe Maria Gabriela Coutinho voltou a intervir para questionar se havia ou não acto ilícito ou qualquer ilegalidade.

Usou da palavra a deputada municipal Sónia Sanfona, para acrescentar que a nomeação deveria ter sido feita em comissão de serviço por um ano e não em regime de substituição por seis meses. Referiu que não houve nenhuma ilegalidade, mas houve uma irregularidade, para a qual não existia nenhuma sanção. Frisou que, de acordo com os referidos pareceres, não havia qualquer acto ilícito nem ilegalidade.

A munícipe Maria Gabriela Coutinho interpelou a Presidente da Mesa de forma extemporânea, visto ter esgotado o seu tempo de intervenção, e pessoal, referindo-se a assuntos do foro político e privado da mesma.

A Presidente da Mesa usou do direito de resposta que lhe assiste, pelo cargo que ocupa, para repor a ordem na Assembleia, considerando que a munícipe Maria Gabriela Coutinho desrespeitou este órgão e a sua representante máxima no que concerne ao seu bom nome e honra.

A Presidente da Mesa passou a palavra ao munícipe inscrito Raul Figueiredo.

O munícipe Raul Figueiredo começou por tecer alguns comentários à forma como decorreu esta sessão.

Disse ter apreciado de forma positiva a Moção apresentada pela Bancada do Partido Socialista sobre o vinte cinco de Abril, por ter um conteúdo extremamente rico. Disse não ter entendido porque é que a mesma Bancada teve um comportamento diferente quando se tratou da associação de duas pessoas também muito diferentes, que são Fernando Pessa e António Abalada. Referiu também que gostaria de ter verificado que a Bancada do Partido Socialista tivesse, relativamente ao nosso conterrâneo António Abalada, um comportamento mais consentâneo, como foi a Moção do vinte cinco de Abril.

## Assembleia Municipal de Alpiarça

Fez um reparo à forma como os democratas se dirigiram a outros democratas de uma forma arrogante, perante um órgão extremamente respeitável que é a Assembleia Municipal.

Afirmou não haver qualquer justificação, entre democratas e pessoas de esquerda, e que achava que as intervenções dos autarcas deveriam ser responsáveis, com objectividade e com rigor.

Referindo-se a ambas as bancadas, disse que achava mais interessante discutir outras opções para o concelho.

Interveio o Presidente da Câmara para dizer que houve opções por investimentos, as quais estão reflectidas e sufragadas pela população de Alpiarça, em dezasseis de Dezembro de dois mil e um.

Não se registando mais intervenções dos munícipes, a Presidente da Mesa deu por esgotado este período e pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_

1.º Secretário: \_\_\_\_\_

2.º Secretário: \_\_\_\_\_

/O.C.